

**Exmo. Senhor Primeiro-Ministro
Dr. António Costa**

Rua da Imprensa à Estrela, n.º 6
1200-673 Lisboa

Lisboa, 10 de maio de 2023

Exmo. Senhor Primeiro-Ministro,

É a primeira vez, em mais de 7 anos de mandato, que nos dirigimos a V. Exa. Temos privilegiado a interpelação institucional junto dos membros do Governo que acompanham mais de perto as áreas de intervenção cívica da TI Portugal, uma organização da sociedade civil, independente, privada, e sem fins lucrativos, que representa no nosso país a Transparency International (TI), uma coligação mundial de ONG presente em mais de 100 nações que em como missão combater a corrupção em todas as suas múltiplas formas, e garantir que o Poder é sempre exercido em prol do Bem Comum e em defesa dos Direitos Humanos.

Desde a nossa fundação em 2010 que as sucessivas Direções da TI Portugal e o seu universo de mais de 1300 associados/as vêm alertando para a indispensabilidade e riqueza de um Estado, Mercado e Sociedade livre de corrupção, devendo tal instituir-se como desígnio nacional.

A corrupção, tal como assinalado já por diversas vezes pelo Secretário-Geral da ONU, Eng.º António Guterres (ex-Primeiro-Ministro de Portugal), desvia os fundos públicos para benefício privado e é um dos maiores obstáculos à concretização mais plena do Estado de Direito, Democracia e Direitos Fundamentais. É, também, reconhecidamente, um dos principais entraves à materialização do Estado Social, pois, inibe a alocação de mais recursos ao apoio direto às famílias carenciadas, ao incremento dos rendimentos dos trabalhadores da Administração, à qualidade dos serviços públicos, ao investimento económico e criação de emprego.

A Estratégia Nacional Anticorrupção 2020-2024 constitui um passo positivo, porém, além das suas insuficiências de base e de regulação, verificam-se já deficiências na implementação do Regime Geral de Prevenção da Corrupção e no Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações, nomeadamente quanto ao não funcionamento em pleno do MENAC e potenciais conflitos de interesse internos e interorganizacionais.

Não ignorando os esforços de V. Exa. e do Governo em dotar o país, desde 2015, de instrumentos mais robustos, e além do urgente escrutínio e efetiva implementação da ENAC, o momento presente demanda especialmente de V. Exa. uma maior visão e compromisso com os valores, princípios e objetivos naquela elencados.

No texto aprovado em Conselho de Ministros a 6 de abril de 2021, o governo inscreve como necessária *“uma ação transformadora capaz de gerar uma sociedade hostil à corrupção e capacitada para a enfrentar com efetividade”* e que *“o grande desígnio consiste em transformar, reforçando os valores da cidadania nas suas várias dimensões; criando instituições transparentes, acessíveis e respeitadas pelos cidadãos; melhorando a capacidade financeira do Estado, a sua capacidade de gestão e controlo dos dinheiros públicos e alterando a perceção interna e externa em matéria de permeabilidade das instituições nacionais à corrupção e à fraude”*.

Confiando que também na perceção de V. Exa. os casos e as informações sobre a atuação de membros do governo e outros titulares de cargos públicos sob a sua responsabilidade, direta ou indireta, fragilizam a capacidade de ação do Estado, em especial em matéria de promoção da integridade, rogamos-lhe que aja em conformidade com o desígnio que regeu o Programa Eleitoral e de Governo sufragados: *“Boa Governação”*.

Compete, pois, a V. Exa. desenvolver com maior eficácia uma política de tolerância zero a todos e quaisquer comportamentos que façam perigar a reputação do Estado e das entidades que o representam. Independentemente das apreciações de carácter que se possam ou não fazer em praça pública, e das dinâmicas político-partidárias, o que acreditamos estar hoje em causa é a integridade e qualidade das instituições e dos agentes políticos e a confiança dos cidadãos nessas instituições e respetivas lideranças.

Tem V. Exa, temos, o dever de promover e preservar a confiança e competência, pública e institucional.

Consideramos, assim, que é urgente e vital eleger este domínio como prioridade nacional e progredir para uma visão e compromisso político estratégico de Integridade e Bom Governo para Portugal. Um programa de políticas que promovam culturas e contextos adequados ao mundo e ao país, à altura dos sonhos e expectativas dos portugueses, particularmente no que respeita à política, gestão pública e economia. Um programa baseado em evidências nacionais e internacionais, investidor nas pessoas e estruturas financeira, humana e tecnologicamente robustas, independentes e bem lideradas.

A TI Portugal sustenta esta visão não apenas porque contempla políticas robustas e eficazes na recuperação da confiança e participação dos cidadãos, na qualificação das instituições democráticas, na promoção do talento e vocação na gestão da coisa pública e no controlo do fenómeno corruptivo.

Tais visão e compromisso são urgentes e vitais, também, porque é o caminho certo para um país plenamente, democrático, próspero e progressista, social e territorialmente coeso, desenvolvido e simétrico, do litoral ao interior. E, igualmente, para combater os fatores principais de empobrecimento nacional como são, reconhecidamente, as falhas éticas e práticas desviantes; os défices de gestão, audácia, criatividade e planeamento; as culturas e lideranças débeis, opacas, medrosas e burocráticas, públicas e privadas; as incapacidades de autorreforma das elites e organizações, erodindo liberdades, vocações e oportunidades, profissionais e económicas; o defasado sistema judicial; a complexidade do sistema fiscal; os elevados custos administrativos, e as negativas perceções de impunidade e captura dos poderes.

Todos estes fatores travam a prosperidade, ceifam oportunidades e atrasam capacidades do país e dos portugueses, particularmente em tempos de agravada crise e de elevada incerteza e competitividade.

O Estado e o Governo existem para elevar o país e os portugueses. É tempo de afirmar uma visão e compromisso que os inspire e enriqueça. É tempo de afirmar uma vontade política autêntica e efetiva por um futuro mais íntegro e mais igualitário, mais ético e transparente, mais aberto e próspero, ou seja, bem governado e gerido.

Com os melhores cumprimentos,

Atentamente



Nuno Cunha Rolo
Presidente da Direção